



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº17/2018

----- Aos dezassete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães e João Teodoro Miguel. -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivo de doença, procedendo-se à sua substituição.-----

Também faltou à reunião a Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo.-----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 16/2018, referente à reunião ordinária de vinte e quatro de agosto de dois mil e dezoito. -----

----- Aprovada a ata nº 16/2018, por unanimidade dos presentes com direito a voto (cinco votos a favor). -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Três milhões, duzentos e cinco mil, quinhentos e setenta e nove euros e seis cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e cinquenta e cinco mil, e vinte e dois euros. -

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- **STAL – CIRCULAR Nº. 4 – STAL EXORTA AUTARQUIAS A REJEITAR NOVAS COMPETÊNCIAS;** -----

----- **INFORMAÇÃO Nº 23/2018, DE 6 DE SETEMBRO – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL – CONVITE – PRESENÇA NO PASSEIO DA MEMÓRIA. -----

----- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA – LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS APROVADA PELA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO. -----

----- ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA. – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR. ---

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR NUNO MANUEL QUEIROZ PIMENTA DE MAGALHÃES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se á FRIMOR 2018 evento que ocorreu recentemente e que é um dos ex-libris do concelho na área dos certames, opinando que após realização dos grandes eventos é importante fazer uma reflexão sobre o que aconteceu para perceber o que correu bem e o que deverá ser melhorado, ou seja fazer um balanço para continuar uma construção positiva no caminho do sucesso.-----

----- Sobre a organização do Pavilhão opinou que a nave principal dedicada à atividade empresarial estava bem organizada e conferiu dignidade ao evento. Quanto a outras opções e outras questões de configuração do evento disse ter algumas dúvidas e que poderão necessitar de reflexão para eventos futuros. -----

----- Questionou qual o orçamento global da feira e também qual o orçamento específico da programação musical, assim como solicitou informação sobre a receita realizada na bilheteira dado que a mesma foi uma inovação pelo que considerava importante saber o resultado dessa opção. -----

----- Continuou a intervenção referindo que se verificara falta de sinalética informativa do evento na cidade o que provocou dificuldade aos forasteiros para acederem ao recinto, nomeadamente, bandeiras ou iluminações que permitissem identificar e enaltecer a existência da Frimor no concelho. Ainda a este propósito referiu que a informação de que as pessoas eram bem vindas a Rio Maior só estava disponível na entrada do recinto, junto das bilheteiras, parecendo que só as pessoas que pagavam é que eram bem vindas a Rio Maior. -----

----- Relativamente à opção da colocação dos ceboleiros na via pública ocupando uma faixa de rodagem opinou não ser uma boa prática porque há questões de segurança que se levantam, mas que não terá sido do agrado da maioria dado que tradicionalmente havia a “Avenida dos ceboleiros”, opção essa interessante e que deveria ser recuperada no futuro.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu que também merece reflexão a logística envolvida

e a grande mobilização de recursos para a atividade equestre que se esgotou numa única atividade, num único dia, considerando que a mesma era interessante ser rentabilizada como foi no passado com mais dias dedicados a esta atividade, considerando que uma grande mobilização por um momento que se esgota facilmente não é uma boa gestão. -----

----- Terminou a intervenção referindo-se ao acesso ao evento considerando que sendo feito por uma entrada lateral do Pavilhão não valoriza a dignidade do evento nem do espaço o que causou alguns transtornos aos visitantes que tiveram dificuldade em encontrar a entrada do certame. -----

----- Desejou que o evento continue a crescer e a ambicionar níveis mais elevados de sucesso em cada ano que passa. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à Frimor e referiu não ser possível falar da mesma sem falar do passado e das responsabilidades que o Partido Socialista teve na Frimor. Referiu ainda que neste momento o Pavilhão devido às opções de planeamento e de ordenamento, não tem uma zona envolvente que permita fazer uma feira com a dignidade que todos gostariam. Referiu a falta de espaço para a feira e para estacionamento, lembrando que, nos grandes eventos a nível nacional, existe uma zona de estacionamento para apoiar os certames. Recordou que em dois mil e nove existia a “Avenida dos Ceboleiros”, mas não havia exposição de maquinaria, nem havia carroceis e o primeiro andar do Pavilhão estava fechado. Frisou que em dois mil e nove a feira se resumia à “Avenida dos Ceboleiros” e ao Pavilhão central com doçaria e alguma atividade económica. Referiu que o Partido Socialista criou as Tasquinhas e destruiu a Frimor, salientando que, com as condições existente, o Executivo deu outra dimensão á feira até dois mil e dezassete. Opinou que a feira chegou ao limite tornando-se necessário iniciar um novo ciclo e tomar opções porque o modelo existente estava esgotado.-----

----- Terminou a intervenção felicitando o Vereador Filipe Santana por ter tomado opções que deram uma nova dimensão à feira que na globalidade correu muito bem, no entanto há situações que terão de ser repensadas. Opinou que a feira está no bom caminho e com uma nova dimensão que se pretende que a Frimor atinja. Disse ainda que terminou um ciclo e que um novo ciclo se iniciou. Deu os parabéns ao seu colega Vereador Filipe Santana pela organização e pela coragem que teve em dar um novo rumo à Frimor. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer ao Vereador Nuno Pimenta que este foi o ano zero do novo modelo que se pretende dar à feira e agradeceu a todos os que ajudaram a organizar o certame, nomeadamente a Associação Comercial que vem sendo parceira nestes certames. Disse que este ano zero serviu para implementar uma nova visão para o que se pretende para o futuro do certame, dado que este necessitava de adaptações, algumas das quais difíceis de serem tomadas. Relativamente aos orçamentos globais da feira disse que os mesmos estão a ser ultimados e que posteriormente dará essa informação -----

----- Continuou a intervenção referindo que todas as atividades são objeto de uma planificação, de uma escolha e por último de uma avaliação, aditando que já foram convidados para uma reunião de avaliação onde foram reconhecidas as maiores imprecisões que a feira teve. Concordou com o Vereador Nuno Pimenta quando este refere que faltou “imagem de feira” a Rio Maior, faltou movimento para que, quem chegasse a Rio Maior, ficasse a saber que estava a decorrer um evento. Quanto ao facto de apenas estar afixado o placard com a designação “Bem Vindo” junto do recinto de pagamento, considerou essa afirmação como um preciosismo.-----

----- Relativamente ao espaço equestre discordou do Vereador Nuno Pimenta dizendo que essa grande mobilização de recursos acabou por não existir, referindo que houve um grande investimento no nivelamento do lote que ficou ao serviço dos munícipes para estacionamento. Opinou que Rio Maior não tem tradição equestre, não obstante esta ser uma boa aposta no concelho porque mobiliza pessoas. Disse ainda que em reunião conjunta com aqueles que ajudaram a preparar o citado espaço, se concluiu que, comparando os recursos afetos à exposição equestre com o número de visitantes, se concluiu que não seria representativo haver uma programação diária. Também irá ser feita uma reflexão do que foi a avaliação das pessoas que visitaram o certame. Ainda sobre esta matéria referiu que a primeira escolha para este espaço fora conseguir ter “cavalos de escola” para que, a um preço simbólico, as crianças, acompanhadas dos pais pudessem dar voltas ao picadeiro, no entanto os próprios criadores de cavalos não tiveram essa vontade para fazer algo deste género. Referiu ainda que a grande mobilização de recursos foi na feitura do recinto que envolveu paus tratados, corda e vasos, mas toda a logística envolvida no espetáculo, quer dos animais quer dos artistas que nele participaram, não foi significativa, nem houve por parte da Câmara um grande investimento. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que a população está habituada a que a entrada seja noutra ponto, mas a entrada principal do pavilhão é precisamente a que se utilizou neste evento, salientando que o acesso ao certame não foi feita por uma entrada secundária, no entanto talvez se tivesse verificado alguma falha na comunicação e no

próprio tratamento da entrada habitual para que os visitantes não tivessem dúvidas, verificando-se a necessária de uma melhor sinalética para essa área.-----

----- Relativamente á localização dos ceboleiros disse discordar que a melhor localização fosse aquela onde estavam anteriormente, referindo ainda que foi feita uma grande requalificação na zona do pavilhão e que a questão da segurança foi devidamente ponderada, apesar das fotos que surgiram nas redes sociais e esclareceu que duzentos metros antes do primeiro stand de cebolas estava a sinalização correspondente que condicionava a faixa de rodagem, a uma única faixa, com “baias” nesse percurso de duzentos metros, frisando que todas as condições de segurança foram acauteladas. Informou que está a ser equacionado que numa próxima feira se use o espaço da avenida Mário Soares como espaço de feira fazendo um corte da via após a entrada para o Pingo Doce e antes da entrada para o Centro Escolar, e garantindo assim maior segurança à feira. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que neste certame as pessoas sentiram a falta dos feirantes e recordou que esta parte do certame ao longo dos anos tem sido muito desregrada e trazendo aos moradores da zona um desconforto superior ao benefício que traz para a feira. Salientou que o Executivo entendeu por bem fazer um ponto zero nesta situação, para que, no próximo ano, com qualidade e cumprindo todos os procedimentos de hastas públicas se possa regressar com mais qualidade e mais ordenação e dando uma outra imagem para a feira.-----

----- Terminou a intervenção referindo que faz um balanço positivo do certame apesar das muitas situações que terão de ser revistas. Relativamente ao ciclo que foi iniciado disse não se recordar de ver concertos com este nível em Rio Maior e que a feira como estava e com as soluções de há quinze ou vinte anos não era solução. Este foi o primeiro ano do que se espera ser um certame profícuo para os riomaiorenses. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por agradecer a todos os colaboradores da autarquia que contribuíram para a realização deste evento. -----

----- Seguidamente referiu-se ao assunto para conhecimento relativo “Ministério da Administração Interna – Lei-quadro de transferência de competências aprovada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto” referindo que o Ministério vem agora dizer que as notícias vindas a público sobre deliberações dos órgãos autárquicos relativamente à opção pelo não exercício de competências em dois mil e dezanove são extemporâneas e destituídas de qualquer valor jurídico. Disse que as áreas que mais a preocupavam eram as áreas da educação e da saúde. Referiu que a adesão dos municípios às novas competências só se poderá efetivar após publicação dos diplomas sectoriais, dado que

só após a sua publicação haverá conhecimento do que efetivamente o Governo pretende transferir para as autarquias, para depois se poder entrar em conversações.--

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO Nº 111/2018,10 DE SETEMBRO 2018 – DETERMINA QUE OS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA, MARINHAS DO SAL E DA ESCOLA SECUNDÁRIA DR. AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 111/2018, exarado pela Presidente da Câmara a 10 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, pelo qual se determinou que os representantes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, Marinhas do Sal e da Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, sejam os seguintes: -----

----- Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, Presidente da Câmara; -----

----- Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano; -----

----- Sandra Isabel Pereira Serrão, Técnica Superior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que sendo competência do órgão executivo a nomeação dos representantes que entenderem servir melhor o propósito a que se destinam, evocando o despacho cento e sete de dois mil e dezoito de vinte e oito de agosto. Disse que este despacho apenas refere que a Presidente da Câmara avocou as competências do setor da educação de menores, referindo desconhecer o teor completo do mesmo, uma vez que este não lhe fora remetido de nenhuma forma. Solicitou esclarecimentos sobre o propósito e o conteúdo do mesmo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou o Vereador João Teodoro Miguel que todos os pelouros desde a tomada de posse são da Presidente de Câmara que posteriormente faz a distribuição dos mesmos e que em função de circunstâncias avocara este pelouro. Esclareceu também que, como ainda não fez a redistribuição de pelouros será a Presidente de Câmara uma das representantes nos concelhos gerais das escolas. -----

----- Neste momento ausentou-se da sala de Reuniões a Presidente da Câmara Isaura Maria Elias Bernardino Morais, ficando a presidir a reunião o Vice-Presidente Luis Filipe Santana Dias. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a

**abstenção** dos Vereadores João Teodoro Miguel e Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador João Teodoro Miguel, subscrita pelo Vereador Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Considerando que a informação veiculada não ocorreu em tempo útil, ainda que a nomeação ocorra balizada pelas premissas que aduzi anteriormente. Espero ainda que em circunstâncias idênticas todos os Vereadores sejam informados em tempo útil e com todos os elementos. Assim abstenho-me no presente ponto”. -----

----- Neste momento entrou na sala de Reuniões a Presidente da Câmara Isaura Maria Elias Bernardino Morais que voltou a presidir a Reunião. -----

----- **PONTO II – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – DENÚNCIA DE PROTOCOLOS COM ENTIDADES PARCEIRAS PARA O ANO LETIVO 2018/2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 26/SUASE/2018, autorizar, para o ano letivo 2018/2019 a denúncia dos Protocolos com a Comissão de Melhoramentos e Progresso de Asseiceira e Freguesia de Asseiceira; -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROTOCOLO COM ENTIDADE PARCEIRA PARA O ANO LETIVO 2018/2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 27/SUASE/2018, autorizar, para o ano letivo 2018/2019: -----

----- A prorrogação do Protocolo com a União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João; -----

----- A alteração da cláusula 3ª do mesmo; -----

----- A realização da despesa no valor total estimado de 360,00€ (trezentos e sessenta euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – FATURAÇÃO DE JULHO E AGOSTO/2018** -

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar o pagamento relativo ao processamento dos meses de Julho e Agosto/2018, em 3 prestações, nos termos e fundamentos apresentados. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----

----- Interveio para dizer que na informação disponibilizada na plataforma é referido que o consumo do mês de agosto corresponde a quarenta e cinco metros cúbicos e a um valor estimado de cento e setenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos, referindo que o valor apresentado não deve ser um valor estimado, mas um valor efetivo de faturação até porque a fatura não compreende apenas o volume de água. Solicitou esclarecimentos sobre este assunto. -----

----- Seguidamente referiu-se ao somatório dos encargos de julho e agosto, designadamente, cento e noventa e sete euros e vinte e três cêntimos, o que representava mais cento e setenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos, totalizando o valor de trezentos e setenta euros e dez cêntimos, mas no documento apresentado o valor da soma é de trezentos e dez euros e dez cêntimos, pelo que solicitou uma justificação para esta diferença. -----

----- CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL -----

----- Interveio para dar alguns esclarecimentos técnicos sobre esta matéria. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- Declaração de Voto do **Vereador João Teodoro Miguel, subscrita pelo Vereador Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto a favor solicitando ao responsável e executivo que mande corrigir o valor que foi apresentado incorretamente pelos serviços e que o confirme. Essa correção deverá ser refletida no fracionamento das prestações. Há aqui uma diferença de sessenta euros que tem de ser corrigida”. -----

----- **PONTO V – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, AO ABRIGO DO ART.º 101, DA LOE2018, DESTINADA À LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO N.º 9015/006990/091, CONTRAÍDO PARA FAZER FACE À RECUPERAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS ATINGIDAS PELAS INTEMPÉRIES DE 2009 – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação 09/2018/UF/AL e parecer do Chefe de Divisão da Unidade Financeira, aprovar a proposta de contratação, do empréstimo de substituição em apreço, à Caixa Geral de Depósitos, conforme a sua proposta, com uma taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um “spread” de 1,150%, sem aplicação de quaisquer comissões ou encargos. -----

----- Mais deliberou, nos termos definidos nos artigos 49.º e 50.º, da RFALEI, que a presente proposta de contratação seja submetida, pela Câmara, à Assembleia

Municipal, o Órgão competente para a sua aprovação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, AO ABRIGO DO ART.º 101, DA LOE2018, DESTINADA À LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO JUNTO DA DGTf, DENOMINADO POR PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação 08/2018/UF/AL e parecer do Chefe de Divisão da Unidade Financeira, aprovar a proposta de contratação, do empréstimo de substituição em apreço, ao Banco Santander Totta, conforme a sua proposta, com uma taxa fixa de 0,715%, acrescida de um “spread” de 0,760%, sem aplicação de quaisquer comissões ou encargos. ----- Mais deliberou que, nos termos definidos nos art.º 49.º e 50.º, da RFALEI, a presente proposta de contratação seja submetida, pela Câmara, à Assembleia Municipal, o Órgão competente para a sua autorização. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO 2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 3 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei 127/2015, de 3 de setembro e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para o ano de 2019. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO (RECEITA E DESPESA) E 4ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 4ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos

2018, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção dos compromissos plurianuais para anos seguintes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a **abstenção** dos Vereadores João Teodoro Miguel e Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador João Teodoro Miguel, subscrita pelo Vereador Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhora Presidente eu concordo em absoluto que o município envie todos os esforços no sentido de melhorar as condições de residência de estudantes que é aquilo que está em falta no nosso concelho. Concordo que esta deva ser uma prioridade, no entanto para avançar com qualquer tipo de investimento é necessário existir uma fundamentação técnica e económica que viabilize as condições particulares e o próprio investimento. O que aqui é apresentado é apenas uma simples intenção sem discussão pública, sem dedicação inclusiva do local. Esta decisão poderá refletir-se em custos acrescidos, não apurados nem fundamentados a serem suportados pelo município. Mais ainda, poderá a presente intenção não resolver as necessidades de alojamento que esse equipamento visa colmatar e nas condições desejadas. Faço um apelo para que transformem esta simples intenção num projeto apresentável com os elementos que incluam estudos globais de investimento e de necessidade de alojamento possibilitando dessa forma mitigar os constrangimentos do mercado que têm afetado os estudantes e as suas famílias. Se cumprirem estes requisitos votarei favoravelmente sem qualquer dúvida”. -----

----- **PONTO IX – PROPOSTA DE ISENÇÃO TEMPORÁRIA DE TAXAS DE OCUPAÇÃO NO MERCADO MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a isenção do pagamento da taxa mensal devida pela ocupação das bancas e lojas, ao abrigo do artigo 24º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 6 de maio de 2010, nos seis meses seguintes à realização da hasta pública para concessão dos espaços comerciais do Mercado Municipal da Cidade de

Rio Maior, assim como isentar os atuais ocupantes dos espaços das taxas referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2018, que correspondem ao prazo de execução das obras e da realização da hasta pública para concessão dos espaços. ----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Começou por dizer que este tema merece realce e para o introduzir pediu para lhe permitirem uma personificação, ou seja, neste momento o mercado é uma “menina muito bonita que já está de cara lavada, só lhe faltando a maquilhagem”. Disse ainda que já tivera oportunidade de ver como o mercado está diferente e informou que as obras irão terminar no início do mês de outubro. Referiu ainda que, com a isenção destas taxas se pretende dinamizar e dar alguma vida ao mercado. Frisou a sua total solidariedade com os comerciantes daquele espaço e disse tratar-se de um trabalho conjunto entre os responsáveis da Câmara Municipal e os comerciantes.-----

----- Terminou a intervenção convidando os responsáveis da Câmara Municipal a frequentarem o mercado tradicional e salientou que o mesmo representa a afirmação dos costumes e tradições que se devem manter. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO X – CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO EM ABUXANAS – FREGUESIA E CONCELHO DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 115/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer da Chefe da UUPOTEP de 03/09/2018, certificar que foi cedido para integração no domínio público (arruamentos) a área de 500 m<sup>2</sup>, do prédio registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 5010/19980128, sito em Casais Colaços, Abuxanas, inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 7 da secção CG-CG1, e na matriz urbana sob o artigo n.º 2426, da Freguesia e Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE NA RUA FAUSTA SEQUEIRA NOBRE, N.º3, FREGUESIA DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº.76/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações emitidas, notificar o Condomínio em representação dos proprietários para: -----

----- Efetuar a verificação de todos os elementos decorativos constituintes da fachada, para avaliação da sua segurança; -----

----- No prazo de 30 dias, recolocar e consolidar os elementos decorativos em falta. ---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE RIO MAIOR – PROPOSTA FINAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter a proposta final da alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Iniciou a intervenção congratulando-se com a rapidez desta solução que vai permitir a viabilização do investimento da GENERIS. Disse que Portugal necessita de aumentar as exportações para compensar a sua balança de pagamentos, referindo que os últimos dados da exportação de medicamentos que tivera oportunidade de ver relativamente ao ano passado situaram-se em novecentos e dez milhões de euros. Disse ainda que com esta nova unidade a construir em Rio Maior, se espera que o valor de exportação venha a aumentar em prol do benefício do País. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos elementos constantes do processo, pareceres e informações emitidas, concordar com a proposta de alteração ao artigo 7º do projeto e, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR NUNO MANUEL QUEIROZ PIMENTA DE MAGALHÃES** -----

----- Relativamente ao Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público disse que há uma questão inerente ao regulamento que se prende com os estabelecimentos que funcionam no período noturno

nomeadamente com o ruído, referindo que as manifestações que ocorreram e as opiniões que existiram foram nesse sentido e com essa preocupação, no entanto a GNR como responsável pela fiscalização do ruído durante o período noturno não se pronunciou sobre este regulamento e solicitou esclarecimentos sobre os esforços que foram feitos no sentido de se obter contributos desta entidade para o regulamento. Referiu que a Associação Empresarial também não emitiu parecer, dizendo que era interessante perceber o que foi feito no sentido de obter a colaboração dos interessados na elaboração deste regulamento.-----

----- Ainda no uso da palavra disse que no período de discussão pública só foi identificado um contributo, nomeadamente um pedido esclarecimento às Juntas de Freguesia, as quais não se pronunciaram, tendo terminado o período de consulta a dezasseis de fevereiro de dois mil e dezassete. Opinou que esta proposta poderia ser mais construtiva se tivesse contado com a colaboração de todos estes parceiros. Terminou questionando como é que a Câmara pretende fiscalizar aquilo a que se propõe no regulamento -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Interveio para responder ao Vereador Nuno Pimenta dizendo que uma das maiores dificuldades foi a harmonização perfeita entre as várias partes e a propósito referiu que a vida académica tem uma parte fundamental que é o ensino, no entanto os jovens procuram em simultâneo com a vida académica uma parte de diversão.-----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que outra dificuldade foi regulamentar aquilo que não estava regulamentado e que apesar do processo ter ausência de contributos foi muito longo e foram consultadas por diversos vezes as associações e todos aqueles que se tinham de pronunciar, opinando que neste momento se está em condições de se avançar para regulamentar. Houve uma colaboração estreita com a GNR para que este regulamento tivesse uma linha condutora para se cumprir. Também será reforçada a fiscalização, mas quem está no serviço público estará sempre disponível para ouvir os cidadãos e proceder às remodelações necessárias relativamente à Lei do Ruído e a GNR terá também um papel ativo nesta matéria. Referiu ainda que os bares que quiserem utilizar os horários previstos têm de ter condições para o fazer, serão fiscalizados e se não tiverem condições, terá de se intervir para cumprimento da Lei do Ruído e deste regulamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a **abstenção** dos Vereadores João Teodoro Miguel e Nuno Manuel Queiroz Pimenta de Magalhães. -----

----- **PONTO XIV – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS**

**URBANOS – PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL-** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação de 23 de agosto de 2018 e parecer jurídico de 10 de setembro de 2018 e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do projeto de alteração ao Regulamento dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município. -----

----- Mais deliberou delegar no Chefe de Unidade Financeira e Ação Social a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas.-

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL -----**

----- Iniciou a intervenção indicando o sentido de voto favorável a esta proposta de procedimento de elaboração de projeto de Alteração ao Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos. Disse que o faz apenas porque entende que as instituições de solidariedade social necessitam de alterações na sua estrutura tarifária que permitam apoiar o seu trabalho meritório. Referiu ainda que esta não é uma questão acessória, mas essencial, devendo merecer o melhor empenho dos responsáveis do município. Disse também que não faz qualquer sentido avançar com alterações de regulamento sem ser também pensada e concretizada uma estrutura operacional de gestão que seja eficaz para o setor das águas, do saneamento e dos resíduos, referindo que as perdas de água se mantêm nos cinquenta por cento. -----

**----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

----- Esclareceu que se está a trabalhar nesse sentido e recordou tratar-se de um compromisso eleitoral. Disse também que perante as instituições e algum movimento associativo se poder estudar a possibilidade de haver um Regulamento que responda às questões que aqui foram espelhadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes ---

**----- PONTO XV – CONTRATOS-PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO RIOMAIorense – 2017 – PROPOSTA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação n.º 30/JUV/2018 e pareceres/certidões em apreço, aprovar a proposta de Contratos

Programa com o Associativismo Riomaioense referente ao ano de 2017. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – OPJ 2018 – LISTA DEFINITIVA DE PROPOSTAS APROVADAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação n.º 31/JUV/2018, aprovar a lista definitiva de Propostas Aprovadas ao OPJ 2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Interveio para solicitar informações sobre esta temática. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Interveio para informar o Vereador João Teodoro Miguel dizendo que o Orçamento Participativo Jovem é uma matéria que deve ser valorizada e referiu que nem todas as Câmara têm esta ferramenta a favor dos jovens, que é fundamental porque para além de todo o processo de aprendizagem que representa para o jovem ao concorrer, no final tem a possibilidade de implementar o que defendeu.-----

----- Referiu que este ano houve onze propostas que poderão ser consultadas a partir do dia um de outubro e a votação ocorrerá de um a quinze de outubro, sendo a sua implementação feita no ano seguinte. Esclareceu que tudo o que aconteceu no Orçamento Participativo Jovem o ano passado, só agora em outubro se fará a sua implementação. Convidou todos os presentes a participarem dizendo que é muito importante colaborar nessas ações que irão ser dinamizadas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para manifestar o seu contentamento pelo facto do Vereador João Teodoro Miguel gostar das intervenções do Vereador Miguel Santos, frisando que é notável o trabalho que está a desenvolver e que foi iniciado pelo Vereador Lopes Candoso. Finalizou salientando que muitos municípios socialistas nem sequer têm Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 17 DE SETEMBRO DE 2018**

por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_